PROJETO DE LEI Nº , DE 2011

(Do Sr. Carlos Bezerra

Altera a redação do *caput* do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer o prazo de quinze minutos de tolerância para o comparecimento das partes à audiência de instrução e julgamento na Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 844 Decorridos quinze minutos da abertura da audiência, o não comparecimento do reclamante importa o arquivamento da reclamação; o não comparecimento do Reclamado importa revelia e confissão quanto à matéria de fato.”

.....(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o presente projeto, pretendemos por fim a uma situação de total insegurança jurídica a que estão expostos todos aqueles que,

por um motivo ou outro, veem-se na contingência de pleitear junto à Justiça do Trabalho.

Como o artigo 844 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, cuja alteração é proposta, limita-se a estabelecer as consequências do não comparecimento da parte à audiência, não fazendo nenhuma referência a prazo de tolerância, hoje em dia, um simples atraso, mínimo que seja, é o bastante para que sejam decretadas revelia e confissão quanto à matéria de fato, quando se trata de ausência do reclamado, e de arquivamento do processo, no caso de ausência do reclamante.

O Jornal Valor Econômico de 14 de setembro do corrente ano publicou reportagem em que são relatados casos os mais diversos. Chama à atenção a frequência de situações de arquivamentos de processos, condenação em revelia e confissão de reclamados que comparecem à audiência com atrasos diminutos, com a audiência ainda em andamento.

Tais casos, de tão absurdos, têm merecido a repulsa dos tribunais, sobretudo do TST, que, em muitos casos, determina o retorno dos autos à vara de origem para realização de nova audiência.

Essa situação, a toda a evidência, não pode continuar, razão pela qual apresentamos o presente projeto. Por uma questão de isonomia entre as partes, mormente entre juízes e advogados, entre os quais, segundo a Constituição Federal, não existe hierarquia, propomos a tolerância de quinze minutos, mesmo prazo fixado no art. 815 da CLT para as partes esperarem pelo comparecimento do juiz.

São essas as razões pelas quais contamos com a colaboração de nossos pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado CARLOS BEZERRA